

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Incerteza nas privatizações.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Fundação ligada à tragédia de Mariana terá orçamento 14% maior em 2018	3
Título: Samarco usa acordo com União para pedir absolvição de crime ambiental.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	8
Título: 'Se privatizar a Eletrobrás, tomaremos de volta'	8
Título: Pré-sal já compete com Oriente Médio.....	10
Título: Salto tecnológico levou à marca de 1 milhão de barris/dia.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Pré-sal terá as principais petroleiras.....	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Evaldo Valladão****Título: Incerteza nas privatizações**

O governo federal pretende privatizar (ou dar a concessão) empresas estatais incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A lista inicial previa 57 privatizações, e o prazo ia até o fim de 2018, mas, posteriormente, 14 aeroportos foram excluídos e sua concessão ficou para 2019, já na gestão do presidente a ser eleito ano que vem. O plano é ambicioso e temeroso, já que — pela previsão inicial — seriam mais de quatro por mês, sem contar as limitações jurídicas do período eleitoral.

A Eletrobras aparece simbolicamente como carro-chefe, responsável por 32% da geração de energia e 47% das linhas de transmissão no Brasil. Os defensores da privatização alegam que ela está com as contas no vermelho e uma dívida de R\$ 23 bilhões. A União tem 51% das ações ordinárias e fatia de 40,99% no capital total da Eletrobras. Já o BNDES e o BNDESPar têm, juntos, 18,72% do capital total da empresa.

A proposta é de que a participação da União na Eletrobras caia para 47% e se arrecadem R\$ 20 bilhões com a operação. Porém, o mercado, atento às nuances do processo, observa que não houve até agora mudanças de regras para o setor elétrico pelo governo federal para acabar com o sistema de cotas, criado para baratear as contas de energia elétrica. Também não se definiu quanto da Eletrobras será vendido. Ou quantas ações serão ofertadas na Bolsa de Valores.

Ainda não existe um valor estimado de quanto o governo deve arrecadar, porque tudo depende do interesse do mercado nas 14 usinas que serão privatizadas. Sabe-se que Itaipu e Eletronuclear devem ficar de fora por enquanto, mas também estão na lista. Apesar de o anúncio da venda da Eletrobras ter surgido atrelado a um forte aumento do valor de suas ações da Bolsa de Valores, muita desconfiança e incerteza cercam tal premissa pelo olhar de diversos economistas e especialistas.

Existem alguns pontos a serem considerados sobre a proposta de privatizar. O primeiro tem a ver com as inconsistências dos argumentos do governo. E o histórico recente do setor energético brasileiro pode servir de exemplo. Nos

anos 90, durante o governo FH, a maior parte das distribuidoras de energia elétrica e algumas geradoras promoveram um aumento considerável no preço da energia pelo modelo dos contratos como foram realizados.

O segundo ponto: o Brasil passou a ter o custo Megawatt-hora (MWh) mais alto do mundo. Entre 1996 e 2006, por exemplo, a subida dos preços foi de 350% em valores nominais. Descontada a inflação, houve um aumento real de custo da tarifa de 77%. O efeito nocivo no mercado desse movimento aconteceu nas indústrias eletrointensivas. Muitas deixaram de produzir no país, na área de metais não ferrosos, por exemplo; outras foram obrigadas a reduzir a produção e a aumentar a importação.

O terceiro ponto é que o setor público tem como missão preparar a infraestrutura necessária para os investimentos privados e o desenvolvimento das diversas atividades, assim como, estrategicamente, formular seu desenvolvimento mediante suas necessidades e vontade soberana.

O quarto ponto: a afirmativa de que só a privatização consegue acelerar o crescimento nunca foi demonstrada pela História. O Brasil precisa de um setor público eficiente para desenvolver-se de modo pleno. E, ainda, de uma infraestrutura básica para fomentar o investimento privado produtivo, pois nenhum investidor investe sem segurança.

Evaldo Valladão é presidente da Academia Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Fundação ligada à tragédia de Mariana terá orçamento 14% maior em 2018

A fundação Renova, criada pela mineradora Samarco e por suas controladoras, BHP Billiton e Vale, para gerir trabalhos de reparação após o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), deverá ter orçamento de R\$ 2 bilhões para 2018.

Se concretizado, o valor será 14,28% maior que o previsto para este ano. "A prioridade é a indenização às famílias afetadas. Nossa ideia é fazer os principais pagamentos em 2018", afirma Roberto Waack, biólogo e presidente da entidade.

A previsão é pagar R\$ 500 milhões às vítimas do desastre no ano que vem. Esse montante, no entanto, é R\$ 20 milhões menor que o valor deste ano.

Até setembro, a fundação executou 64,5% do R\$ 1,75 bilhão orçado para 2017. Ainda em 2018, a Renova prevê fazer investimentos de R\$ 423 milhões em obras de infraestrutura na região da maior tragédia ambiental da história do Brasil.

As principais delas serão na hidrelétrica Risoleta Neves, em Rio Doce (MG), que deverá retomar suas operações ainda no ano que vem; e na adutora de Governador Valadares (MG), com término previsto para 2019.

A fundação deve iniciar também no próximo ano obras para que os 39 municípios da região afetada pela tragédia tenham o esgoto tratado, segundo Waack. Essas ações durariam entre dois e três anos.

"A fase de gastos emergenciais está praticamente concluída. Agora, começaremos obras mais permanentes", diz Marcelo Figueiredo, diretor de operações da entidade.

A Renova foi criada após a assinatura de um termo de ajustamento de conduta pela Samarco e suas acionistas. O plano inicial da fundação é gastar R\$ 11,1 bilhões até 2030 no financiamento das suas atividades.

"Esse é nosso piso. Não sabemos quanto investimento será necessário para recuperar áreas degradadas e ressarcir os afetados", diz Waack.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JOSÉ MARQUES AVENER PRADO ENVIADOS ESPECIAIS A PONTE NOVA CAROLINA LINHARES (MG) DE BELO HORIZONTE

Título: Samarco usa acordo com União para pedir absolvição de crime ambiental

A mineradora Samarco defende que medidas reparatórias que tomou após sua lama de rejeitos destruir 650 km de ecossistemas, inclusive um acordo com o governo federal, justificam a absolvição da empresa por parte dos crimes ambientais a que responde em ação penal.

O argumento foi usado pelos advogados à Justiça Federal de Ponte Nova (MG), onde tramita o processo criminal contra a Samarco e suas donas, Vale e BHP Billiton. Elas respondem, juntas, por 12 crimes contra o meio ambiente.

Dois anos depois do rompimento da barragem de Fundão, obras de urgência para diminuir o desastre ainda não foram terminadas, o mar de Linhares (ES) continua proibido para pesca e famílias lutam para serem incluídas em programa de indenização.

Ao juiz Jacques de Queiroz Ferreira, contudo, a Samarco diz que tomou providências que a eximam da acusação de crimes de administração ambiental - por, segundo a Procuradoria, ter omitido que a Vale também despejava lama em Fundão.

"É acertado dizer que as condutas prévias e posteriores [ao rompimento] desempenham papel relevante como critério para atribuição ou não de um sentido jurídico-penal de ação", diz a defesa apresentada em juízo em março por três advogados, que classifica o rompimento como "acidente".

A **Folha** teve acesso ao processo, que tem 45 volumes e quase 10 mil páginas. Segundo a defesa, as medidas adotadas para mitigação e reparação dos danos ocorridos "apontam para a mais completa ausência de quaisquer critérios válidos de atribuição ou constatação de um sentido delitivo intrínseco aos crimes de administração ambiental".

Essas ações sofreram sucessivos atrasos e questionamentos de órgãos como o Ministério Público e o Ibama.

Entre as medidas adotadas, a Samarco cita o acordo com a União, que não é homologado pela Justiça, e a criação da Renova, fundação bancada pela empresa e suas donas para arcar com o ônus da reparação de áreas destruídas e pagamento de indenizações.

O processo está suspenso desde julho para investigar a possibilidade de a Polícia Federal ter ultrapassado o período autorizado para realizar escutas nos telefones de executivos da mineradora.

No total, 22 pessoas são rés no processo (21 delas sob acusação de homicídio com dolo eventual, quando se assume o risco de matar) e quatro empresas -as mineradoras e a consultoria VogBR, que apresentou laudo de estabilidade da barragem. Todos negam ter cometido crimes.

TRIBUNAL DO JÚRI

Na sua defesa, a Samarco também tenta evitar que a empresa seja levada ao tribunal do júri, conforme requisitado pelos procuradores. Em seu argumento, isso não pode acontecer com pessoas jurídicas.

"Caso se mantenha o rito do tribunal do júri para as pessoas jurídicas, estará umbilicalmente vinculadas às defesas das pessoas físicas acusadas", diz.

A partir de então, passa a questionar o motivo de o Ministério Público Federal ter entendido que houve crime doloso contra a vida na morte de 19 pessoas na tragédia, embora essa acusação seja imputado às pessoas físicas, e não à empresa.

"Constata-se que o resultado lesão corporal de natureza grave em outrem e o resultado morte de outrem se produziram como meros desdobramentos causais de uma conduta ofensiva ao meio ambiente", afirma o documento.

A mineradora refuta ainda a acusação de crimes contra o patrimônio cultural, argumentando que igrejas, cemitério, mina e marcos da Estrada Real destruídos não eram tombados ou protegidos por normas específicas.

"Há ainda que ressaltar que os marcos da Estrada Real não possuem qualquer valor arqueológico ou cultural, tendo em vista serem meros marcos erigidos em concreto com um mapa simplificado da estrada real em relevo", diz a defesa.

Também acusados, dois membros da cúpula da Samarco, o ex-presidente Ricardo Vescovi e o ex-número dois Kleber Terra, disseram que o Ministério Público Federal não conseguiu apontar condutas que os incriminassem como responsáveis pelo rompimento da barragem. A Vale também se exime de qualquer responsabilidade em sua defesa.

A maior mineradora do Brasil, que despejava parte de seus rejeitos de minério no reservatório, disse que a estrutura tinha "gestão operacional exclusiva da Samarco" e que, apesar de ser acionista, a Procuradoria considerou "de forma claramente equivocada que Vale e Samarco seriam uma só".

Procurada, a Samarco não se manifestou. Já a Vale disse que "reitera que jamais foi a gestora da barragem de Fundão, estrutura de propriedade e sob controle operacional próprio e exclusivo da empresa Samarco".

Segundo a Vale, os volumes que eram despejados em Fundão "não tiveram representatividade no volume total de rejeitos depositados pela Samarco" na Barragem de Fundão.

TESTEMUNHA-CHAVE

De investigado, o projetista da barragem de Fundão, o engenheiro Joaquim Pimenta de Ávila, passou a ser a testemunha-chave do processo contra a Samarco que tramita em Ponte Nova.

Principal fornecedor de informações sobre as operações da barragem para as autoridades, Ávila foi um recordista de depoimentos durante a fase de investigação das causas do rompimento -cinco, no total.

Ele não foi indiciado ou denunciado. O entendimento é que Ávila não participou ativamente da operação da barragem e que suas recomendações não foram seguidas pela mineradora, o que resultou no rompimento.

Agora, a Procuradoria pede que ele seja ouvido antes das outras pessoas do processo. Alega que ele está com 70 anos e tem sobrepeso e problemas de saúde.

O engenheiro, no entanto, tem vida profissional ativa. Participou de evento do Comitê Brasileiro de Barragens em maio.

Nos autos, o advogado de três executivos da Samarco acusados de homicídio sugere que ele deveria ter sido incluído no processo.

Procurado, Pimenta de Ávila disse por e-mail que "conforme orientação médica" não é aconselhável que "trate do assunto Samarco". "Foi causa de grande stress tendo me provocado crises de hipertensão", afirmou.

"Presentemente preciso evitar este assunto. Desenvolvo minhas atividades, seletivamente e com assistência médica constante", disse. "Passei por cinco inquéritos tendo de me defender de acusações inverídicas e injustas que felizmente (porém a muito esforço) foram descartadas."

O Ministério Público Federal, também procurado, informou que "a lei possibilita que se faça produção de prova antecipada com uma testemunha idosa, por mais que seja ativa".

O processo deve durar alguns anos em primeira instância. Os procuradores também pediram que a ação seja dividida e que cinco réus que não moram no Brasil respondam separadamente.

Todas essas questões foram interrompidas em julho, sem decisão, quando a ação foi suspensa.

-

Etapas do processo

5.nov.2015

Barragem de Fundão se rompe

23.fev.2016

Polícia Civil de MG conclui inquérito

20.out.2016

Polícia Federal conclui inquérito

20.out.2016

Ministério Público Federal denuncia 22 pessoas, a Samarco, a Vale, a BHP e a VogBr

18.nov.2016

Justiça aceita denúncia; ação tramita em Ponte Nova (MG)

4.jul.2017

Juiz suspende processo para apurar se escutas telefônicas usadas como prova ultrapassaram período autorizado pela Justiça

Próximos passos

Processo pode ser anulado ou continuar a tramitar. Réus podem ser levados ao tribunal do júri

Defesa

Samarco afirma que processo deve ser anulado e que não houve dolo; Vale diz que operação da barragem era exclusiva da Samarco. Executivos negam que haja provas contra eles

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini

Título: 'Se privatizar a Eletrobrás, tomaremos de volta'

Ciro Gomes, ex-ministro da Fazenda e da Integração Nacional

Presidenciável diz que não há razão para juros não estarem menores e que Petrobrás é vital para o desenvolvimento

Para o ex-ministro Ciro Gomes (PDT), o atual sistema previdenciário morreu, mas é preciso fazer uma reforma que contemple aspectos regionais e crie um regime de capitalização público. O ex-governador do Ceará é contra a privatização da Petrobrás e diz que tomará de volta a Eletrobrás se ela for desestatizada.

Previdência “A sociedade está dividida entre os que imaginam, sem estudar o assunto, que o País precisa de reforma da Previdência para ontem, o que é mentira. E os que querem simplesmente, em homenagem ao corporativismo, negar a necessidade de reforma. A virtude está no meio. Tínhamos seis pessoas ocupadas para financiar uma aposentadoria. Hoje, temos 1,6 empregado para financiar um aposentado. Esse sistema morreu. Precisamos pôr em debate um novo: um sistema de capitalização público, sob controle dos trabalhadores, administrado por executivos premiados e punidos pelo êxito, e com uma agência de risco objetiva para fazer o filtro da alocação desses estoques de poupança compulsória vinculada a investimento de longo prazo. A idade mínima é uma obviedade, mas há de ser com equidade. É absolutamente insustentável

moralmente estabelecer a idade mínima de 65 anos para um cidadão que trabalha no semiárido do Nordeste e aquele que trabalha engravatado na Avenida Paulista.”

Corte de juros “A Previdência vem em segundo lugar no debate da dívida pública. Juro vem em primeiro. As pessoas esquecem que juros têm efeito fiscal. Todo gasto com juro é gasto corrente. A Dilma entregou com 14,25% ao ano. Hoje, está em 8,25%. Jogaram 2017 fora. Já podia ter feito isso (redução da Selic). É uma janela que vai se fechar. Jogamos fora oito anos de juro negativo no exterior. Como faz para baixar? É só fazer. No curto prazo, não há razão estrutural para o juro não estar lá embaixo. E tem de ser mantido assim pelos próximos quatro anos.”

Privatizações “Nem pensar em privatizar Petrobrás e Eletrobrás. Não é questão de esquerdismo infantil. Brasil e Venezuela têm petróleo excedente e os EUA consomem mais petróleo do que produzem. Por que vamos entregar isso aos estrangeiros? Isso é estratégico, é uma vantagem que vamos ter de usar por 30 anos. A população, zangada com ineficiências do Estado, começa a acreditar que para acabar com o carrapato tem de matar a vaca. Qualquer venda de parcela do petróleo brasileiro feita com a mudança da lei de partilha, se eu for presidente, será desapropriada, com a devida indenização. Se privatizarem a Eletrobrás, também tomaremos de volta. Pode conceder estradas, mas o que faz o gênio brasileiro nos aeroportos? Privatiza os que dão lucro e deixa o resto onerando o Tesouro.”

Banco Central “Qual Banco Central sério do planeta tem mandato de perseguir inflação como único tiro? O nosso. Precisamos alterar o mandato do BC. Precisamos introduzir o mundo real no Comitê de Políticas Monetárias. Em um governo meu, o BC vai perseguir a menor inflação a pleno emprego.”

Crise fiscal “A sanidade fiscal é um valor em si mesmo, não para ganhar confiança do sistema, mas para dispensá-la. É preciso ter em mente que sou exgovernador. Isso que me choca às vezes no debate, quererem me transformar num doidão. O Ceará tinha dívida mobiliária muito grande. Faz sentido, só porque venceria em 15 anos, deixar para o futuro? Peguei 3,4% da receita, fui ao mercado e comprei 100% da dívida do Estado. Por que o Ceará é o mais líquido do País? Não tem a ver com a minha história de austeridade?”

Tamanho do Estado “Não foi o espontaneísmo do mercado que transformou os EUA no que são. Qual é o maior polo exportador de calçados no Brasil? O Ceará. Sem ter todos os insumos, sem ter grande mercado consumidor. Conseguimos com incentivo fiscal, de crédito, capacitação, treinamento, eficiência de infraestrutura. Vou governar com a taxa de juros abaixo da rentabilidade média dos negócios. No Ceará, você pega nota do imposto que pagou, apresenta no

banco e tem direito a tomar empréstimo de 75% do que foi pago. Esse empréstimo é subsidiado. Existiria agronegócio sem subsídio? Quer destruir essa dinâmica extraordinária, é só entrar nesses ‘dorianismos’ e ‘alckmismos’.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Pré-sal já compete com Oriente Médio

Região produz 1,5 milhão de barris de óleo por dia; próximo leilão será no dia 27

Numa curta trajetória de 11 anos, o pré-sal brasileiro superou limitações tecnológicas e hoje é tão competitivo comercialmente quanto o Oriente Médio. Os investimentos em pesquisa afastaram as dúvidas sobre a viabilidade de se retirar volumes extraordinários de petróleo debaixo da camada de sal, armazenados a até 7 km de profundidade. A visão hoje é que, além de viável, esse é um dos melhores negócios do mundo. O presidente da Shell Brasil, André Araújo, chegou a dizer recentemente ao Estado que “o pré-sal é onde todo mundo quer estar”. Hoje, as áreas de pré-sal já são viáveis economicamente com o preço do barril de petróleo variando entre US\$ 30 a US\$ 40. No Oriente Médio, essa faixa de equilíbrio vai de US\$ 20 a US\$ 40. Um único poço de pré-sal é capaz de produzir até 40 mil barris por dia, volume equivalente ao de campos inteiros de pós-sal, que contam com diversos poços. Assim, a região atingiu uma marca de produtividade 30% superior à projetada na sua descoberta, em 2006, destaca Helder Queiroz, professor de Economia da Energia da UFRJ e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Hoje, 1,5 milhão de barris são retirados do pré-sal diariamente, mais da metade da produção nacional. É de olho nesse nível de produtividade que 14 das grandes petroleiras do mundo vão participar, no dia 27, do leilão de oito áreas do pré-sal entre Espírito Santo e Santa Catarina. A licitação foi dividida em duas – na segunda rodada serão vendidas áreas onde é certa a existência de petróleo, por serem continuações de reservatórios já definidos. Na terceira rodada serão oferecidas áreas que prometem, mas sobre as quais pouco se conhece. A primeira rodada de licitações de pré-sal aconteceu em 2013, quando a Petrobrás, ao lado de cinco sócias – Shell, Total, CNPC e CNOOC – adquiriram Libra, na Bacia de Santos.

Desafios. Quando o pré-sal foi descoberto, há pouco mais de uma década, o cenário de preço do petróleo era o melhor já experimentado pela indústria e os custos para ultrapassar a camada de sal não assustavam tanto. A partir de 2014, quando o petróleo despencou, no entanto, a viabilidade do pré-sal passou a ser

questionada. Foi preciso investir em tecnologias e ampliar a eficiência dos projetos. Assim, em pouco mais de uma década os poços de pré-sal ficaram mais produtivos – apesar dos desvios bilionários envolvendo a Petrobrás e revelados pela Operação Lava Jato. O custo médio de extração de petróleo passou de US\$ 9,1 por barril de óleo equivalente (boe), em 2014, para menos de US\$ 7/boe ao fim do primeiro semestre deste ano. “É caro (produzir no pré-sal), mas tem a vantagem da produtividade. Como é produzido muito mais em cada poço, o projeto tem um equilíbrio”, diz Antônio Guimarães, secretário executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), que representa os interesses de grandes petroleiras no País.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, classifica a região como “extraordinária” em razão do grande volume de reserva e da alta produtividade dos poços. “Vai atrair muito interesse, mas o número de atores capazes de atuar no pré-sal é limitado”, afirmou na semana passada. No início do mês, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, foi a Nova York dizer a investidores que as oportunidades no Brasil são tão boas quanto nos principais países produtores – Estados Unidos, China, Rússia ou mesmo membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Parente afirma que a estatal consegue ganhar dinheiro com o pré-sal ainda que o preço do petróleo esteja baixo, na casa dos US\$ 30, como estava no pior momento da crise, em 2014. Hoje, está na casa dos US\$ 50. “Minha aposta é que dessa vez vai ter disputa de dois ou três consórcios para algumas áreas”, avalia João Carlos de Luca, fundador da petroleira Barra Energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Salto tecnológico levou à marca de 1 milhão de barris/dia

Muitas brocas foram quebradas até a Petrobrás chegar à produção de mais de um milhão de barris no pré-sal por dia, marca que levou 45 anos para ser conseguida nos campos convencionais do pós-sal. Desde 2006, em parceria com universidades, sócias, empresas de serviços nacionais e internacionais, a estatal conseguiu no mar avanços tecnológicos que costumam ser comparados aos obtidos pela Nasa no espaço, de tão complexos e inovadores. Após anos de pesquisas que resolveram os principais desafios enfrentados, como a região inóspita dos reservatórios, a alta pressão, a presença de contaminantes, entre outros, a Petrobrás foi premiada em 2015 pelo conjunto de 10 pesquisas dedicadas ao pré-sal com o OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations and Institutions, o maior reconhecimento tecnológico para uma empresa de petróleo, concedido pela OTC (Offshore Technology Conference), principal encontro internacional do setor. Mas nem sempre foi

assim. Há anos a Petrobrás sabia da possibilidade da existência de reservatórios do pré-sal e não tinha tecnologia disponível no mundo para extrair a riqueza do fundo do mar.

O maior desafio era a própria camada de sal, que teimava em voltar para os poços recém-perfurados, conta o gerente-geral do centro de pesquisa da Petrobrás para desenvolvimento em exploração e produção, Farid Salomão Shecaira. Furos. “Quando furaram os primeiros poços do pré-sal, a camada de sal, apesar de rígida, fluía como uma gelatina para dentro do poço. Isso era considerado um grande desafio. Hoje, a gente fura com tranquilidade, já se furou mais de 200 poços e nunca aconteceu uma catástrofe”, disse o executivo. O problema foi resolvido após muito trabalho de geofísica e laboratório. Foi feita uma modelagem geomecânica (estudo do comportamento mecânico do solo e das rochas) para esse tipo de poço, explica Shecaira, medindo o peso ideal de fluido de perfuração que era necessário para atravessar o sal sem fechar o poço. Entre o primeiro teste em 2006 e o início da produção foram apenas 30 meses. O tempo para construção de poços caiu de 225 dias, do pioneiro Paraty, para 40 dias. Só em Paraty foram quebradas 30 brocas: “Descobrimos que a tecnologia de brocas existentes na época era totalmente inútil, tivemos de aperfeiçoar isso também.”/ D.L.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Pré-sal terá as principais petroleiras

A semana começa com a expectativa sobre os próximos leilões, sobretudo das 2ª e 3ª Rodadas de Partilha de Produção no Pré-sal, na próxima sexta-feira, que vão oferecer oito blocos com estimativa de geração de US\$ 130 bilhões em royalties, óleo-lucro (petróleo descontados os custos) e Imposto de Renda. O leilão é considerado o maior do setor no mundo no horizonte conhecido. O critério para vencer a disputa será o maior percentual de óleo excedente a ser pago.

O governo projeta que os dois novos leilões de exploração de petróleo e gás vão gerar cerca de 500 mil empregos e R\$ 100 bilhões em investimentos. Dezesseis empresas, sendo 14 multinacionais, vão participar do certame, no Rio de Janeiro. Uma delas, a Petronas da Malásia, patrocinadora de equipes da Fórmula 1, nunca investiu no Brasil. A Exxon, maior do mundo no setor, está voltando a investir pesado no país, e foi a maior vencedora da última rodada.

Os novos investimentos vão beneficiar especialmente o Rio de Janeiro, onde

estão as maiores reservas do Pré-sal. O estado deve receber em uma década R\$ 25 bilhões apenas em impostos e royalties. O leilão será realizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) conforme planejamento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Serão oferecidas oito áreas na Bacia de Campos, no Rio e Espírito Santo, e em Santos.

A Petrobras se interessou por três blocos, nos quais terá a opção preferencial de investir sozinha ou se unir a consórcios. Além dela, mostraram interesse a BP, Shell, Chevron, Exxon, Repsol, Repsol Sinopec, as chinesas CNOOC e CNPC, Ecopetrol, Petrogal, Petronas, Qatar Petroleum, Statoil e a Total.

Elétricas

Está previsto para dezembro outro leilão, o de 11 linhas de transmissão de energia. O presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), Antonio Guetter, afirmou que a empresa deve participar. “Queremos aproveitar nossa capacidade de investimento”, diz.

O Leilão de Transmissão nº 2/2017, a ser realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vai gerar, aproximadamente, R\$ 9 bilhões de investimentos, conforme o governo. Além disso, empresas focadas em energia renovável aguardam o próximo leilão de contratação. Robert Klein, diretor da Voltalia no Brasil, afirma que a companhia pretende participar do certame, também em dezembro. “Será uma disputa muito acirrada, mas temos projetos competitivos”, diz.

MME / ASCOM .